

Governança Eletrônica com foco no Empreendedorismo: Um estudo comparativo entre os *sites* de municípios do Paraná, Argentina e Chile

Juliano Mario da SILVA (CESUMAR)

Marcelo Cristian VIEIRA (CESUMAR)

Haroldo Yutaka MISUNAGA (CESUMAR)

Resumo

Um dos importantes serviços prestados pela governança eletrônica aos cidadãos é o incentivo ao empreendedorismo, visto como fundamental para o desenvolvimento econômico local e global. Desta forma, o objetivo deste estudo é entender como a governança eletrônica está sendo aplicada, em municípios da América do Sul, com foco no incentivo ao empreendedorismo. Foi realizada uma pesquisa comparativa através da análise dos *sites* dos cinco municípios com maior PIB do estado do Paraná, da Argentina e do Chile. Entre os principais resultados, das 34 variáveis analisadas, o *site* municipal de Rosário na Argentina contempla o maior número de variáveis, seguido por Santiago no Chile, e Bueno Aires na Argentina. Conclui-se que as prefeituras têm ainda oportunidades de melhoria da sua governança eletrônica de informações voltadas ao tema.

Palavras chaves: Empreendedorismo. Governança Eletrônica. América do Sul.

1. Introdução

O crescimento de usuários da Internet em todo o mundo assim como em países da América do Sul tem permitido a disponibilização de um número maior de informações aos contribuintes, fornecedores e empresários. Somam-se a isso as mudanças econômicas e sociais resultantes da globalização, constitui-se então um cenário importante para a aplicação da governança eletrônica a fim de atender adequadamente os usuários dos *sites* oficiais em prefeituras.

Outro fenômeno apontado por Frey (2002) diz respeito aos fenômenos como a deseconomias de grandes municípios (caso brasileiro) conseqüências de mobilidades sociais ligadas, por exemplo, ao êxodo rural. Esses fenômenos fizeram com que as populações desses municípios crescessem a taxas maiores do que o projetado, o que aumenta a responsabilidade da administração pública na geração de emprego e renda. No passado, o gerenciamento urbano lidava basicamente com o planejamento de aspectos físicos e territoriais da cidade, como a disponibilização de infra-estrutura básica e de serviços sociais. Para Silva e Corrêa (2006), esses fatores de mudança nas estruturas municipais têm impactos concretos no gerenciamento das cidades, que podem colocar em alerta a governabilidade, mas que por outro lado, podem criar chances para o desenvolvimento e o gerenciamento público.

Dentro deste contexto, Bernardo e Zambalde (2005) destacam que devido ao processo de globalização e rápidas mudanças na área tecnológica, alguns processos antes considerados eficientes, já não são mais. Por isso, vários serviços estão sendo criados para atender, via Internet, os cidadãos, é o que Ferguson (2002) chama de (*e-government*) que são ações que vão além de serviços automatizados e das compras feitas através da internet. Essas iniciativas, tratadas por governança eletrônica, são a união dos cidadãos, pessoas-chave e representantes legais para participarem junto ao governo das comunidades por meios eletrônicos. E este fenômeno está diretamente relacionado a uma transformação fundamental no governo, em uma escala nunca vista desde o início da era industrial já que incorpora aspectos democráticos em uma chamada democracia eletrônica.

As tecnologias da informação, como a Internet, TV digital, computadores entre outros, primordiais para que a governança eletrônica ocorra, podem resultar em grande mudança na gestão pública. Para Medeiros e Guimarães (2004), no entanto, deve-se levar em conta que cidadãos, empresas e demais organizações querem ter acesso ao governo de modo cada vez mais rápido e facilitado, na expectativa de que os programas governamentais estejam focados em suas necessidades. Complementando esta idéia, Bernardo e Zambalde (2005, p. 467) comentam que “administração pública é a realização de serviços pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades da sociedade”.

Um dos importantes serviços prestados pelos governos através da governança eletrônica é o incentivo ao empreendedorismo. O empreendedorismo, por si só, é visto como fundamental para o desenvolvimento econômico seja de uma cidade, estado ou até mesmo de um país, por meio da abertura de novos negócios e da inovação (DRUCKER, 1985). Hisrich (2004) aponta que sua evolução depende de aspectos como a abertura de novas empresas que, aliado ao processo de inovação, promovem o desenvolvimento econômico, pois contribuem para uma melhor distribuição da riqueza na comunidade onde estas empresas estão surgindo. Além disso, Gifford (1998) afirma que isso significa, para a administração pública, uma adequada alocação de recursos empresariais, como esforço para descobrir novas oportunidades de retorno financeiro podendo assim “aquecer” o mercado.

Com o objetivo de entender como a governança eletrônica está sendo aplicada em municípios da América do Sul, com foco no incentivo ao empreendedorismo, o presente artigo busca fazer um comparativo entre os *sites* oficiais dos cinco municípios com maior Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Paraná, da Argentina e do Chile. Nesta pesquisa foram levantadas quais as informações, sejam relacionadas a políticas ou programas públicos, que se prestam à promoção do empreendedorismo nos municípios que utilizam *sites* como ferramenta da governança eletrônica municipal.

2. Governança eletrônica

A definição proposta pela Unesco (2006) demarca bem a fronteira entre os conceitos. Segundo esta, a governança é o exercício de autoridade política, econômica e administrativa nos assuntos de um país, incluindo a articulação dos cidadãos para defesa de seus interesses e o exercício de seus direitos e obrigações. Boa governança é, então, caracterizada por participação, transparência e *accountability*.

Os avanços nas tecnologias de comunicação e da internet (UNESCO, 2006), abriram oportunidades para transformar o relacionamento entre o governo e sociedade, contribuindo para alcançar os objetivos da boa governança. A aplicação das tecnologias de informação e comunicação para uma melhor governança é chamada de e-governança ou governança eletrônica.

As formas de interação ocorrem através da utilização da *web* em relações entre governos e empresas; governo e cidadão além de governo entre governo. Sendo o principal foco da governança eletrônica a utilização das facilidades das novas tecnologias de informação e comunicações aplicadas a um amplo arco das funções de governo na busca de uma melhor atuação social.

Segundo estudos de Streit e Klering (2004, p.7) a importância da governança tem crescido muito no meio público, “A boa governança é fonte de vantagem competitiva e desempenha um papel importante para o desenvolvimento econômico e social”. Sendo que a ampliação do debate sobre este conceito deve-se certamente à retração do Estado, promovida pelas estratégias neoliberais nas últimas décadas, e à clara incapacidade das instituições públicas enfraquecidas para lidar eficientemente com os crescentes problemas urbanos (FREY, 2002).

Para Sarker (2005), a missão da governança eletrônica é aproximar a administração, nacional, estadual ou municipal das pessoas comuns. Isso significa que o governo fornece serviços aos cidadãos, proporcionando, portanto uma maior interação entre si. E que o enfoque do governo repousa mais sobre o fornecimento eletrônico de serviços, podendo assim evitar questões polêmicas da governança (como democracia, participação, igualdade, etc).

O termo “governo eletrônico” tornou-se popular no Brasil no final dos anos 90, sendo associado a movimentos de reforma do Estado e à expansão da oferta de serviços públicos ao cidadão pela Internet. Nos anos seguintes, ao se falar de governo eletrônico conceitos mais abrangentes surgiram como governança eletrônica e democracia eletrônica, porém usados às vezes como sinônimos, ou subconjuntos, entre outros, sendo que nem sempre se encontra uma clara definição deles (CUNHA, 2005). Rezende e Frey (2005), então, assim definem a governança eletrônica como a aplicação dos recursos da TI na gestão pública e política das organizações desse tipo. Os termos “governança e democracia eletrônica” têm foco no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas às atividades e ações de governo, seja de governo para governo ou em especial, de governo para com a sociedade e seus cidadãos.

Essa relação ao governo eletrônico, o mesmo pode promover relações em tempo real e tornar-se um potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas suas estruturas, proporcionando mais efetividade, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão. Se esse potencial será efetivado, dependerá das decisões e desenhos de diversas políticas de médio e longo prazo delineadas nos próximos anos para esse campo (RUEDIGER, 2002).

A sustentabilidade desta nova forma de divulgação e condução de políticas públicas exige dos gestores criatividade (REZENDE, 2004). A questão da sustentabilidade é um tema importante que deve ser trabalhado, no entanto, de maneira séria e realista. Assim, ainda se percebe a necessidade de um esforço multidisciplinar que possibilite o encontro dos melhores caminhos para as novas exigências impostas pelos atuais objetivos de políticas públicas.

Para o melhor aproveitamento dessa nova forma de interação entre governo e sociedade algumas iniciativas, segundo German (2000), devem ser levadas em conta. De certo modo, essas têm acontecido por parte do governo brasileiro, assim como ocorre no governo alemão. Dentre aquelas que encontramos em ambos os governos, podemos destacar:

- Mais Conexões (*more connectivity*): Ampliação dos mercados de *hardware* para telecomunicações e computadores;
- Mais comunidade (*more community*): Ênfase na criação de acessos à Internet para grupos de pessoas (redes de cidadãos), em vez de linhas para particulares;
- Mais Capacidades (*more capacity*): Fomento das habilidades humanas (*human skills*) para a sociedade do conhecimento;
- Mais conteúdo (*more content*). Inserção de opiniões e novidades de cunho local, da cultura local e do comércio local na rede;
- Mais criatividade (*more creativity*): Adequação da tecnologia às necessidades locais e oportunidade de desenvolvimento (*opportunities*);
- Mais cooperação (*more cooperation*): Adequação da administração da internet (*Internet governance*) às múltiplas necessidades locais;
- Mais recursos financeiros (*more cash*): Busca de vias inovadoras para o financiamento da sociedade do conhecimento em todas as áreas.

Para Ruediger e Riccio (2005) essas iniciativas, necessárias ao incremento dos instrumentos de governança eletrônica, além da desburocratização de serviços e rotinas públicas são um dos componentes de um modelo maior de desenvolvimento denominado de “o novo contrato social”. Neste, a promoção da distribuição de recursos, a qualificação

profissional, o acesso ao sistema judiciário e o auxílio técnico em pequenos empreendimentos têm papel primordial.

3. O empreendedorismo e a governança eletrônica

Como campo de estudos em desenvolvimento, o empreendedorismo nos últimos anos tem estendido seus estudos para a relação com a administração pública (BARZELAY, 2001). Conforme o autor destaca, a nova ótica do gerenciamento público ou a “*New Public Management (NPM)*” pressupõe a harmonização das exigências pertinentes a gestão pública com as soluções dos modelos de gestão da iniciativa privada e dos conceitos de administração estratégica focada nos negócios empresariais e nos conceitos de empreendedorismo.

Um dos pressupostos desse modelo é o atendimento e o suporte ao cidadão e as empresas como um cliente em foco, dando o sentido claro da missão da organização pública. Isso pode trazer maior efetividade às ações do setor público onde se substitui normas por incentivos, elaboram orçamentos baseados em resultados, expõe operações do governo à concorrência, procura soluções de mercado, não apenas administrativas, e mede o sucesso do governo pelo cidadão.

Uma das ferramentas utilizadas para a divulgação e gerenciamento dessas atividades é a Internet. Esta, por meio dos portais eletrônicos, cada vez mais tem seu acesso democratizado, tanto pela recente diminuição dos custos dos equipamentos de informática, como pelo acesso aos vários pontos com internet aos cidadãos, a saber: bibliotecas, órgãos públicos, empresas (SILVA; CORRÊA, 2006).

O relatório GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* - que é uma pesquisa internacional liderada pela London Business School e o Babson College (EUA), no qual tem como principal objetivo avaliar o empreendedorismo no mundo a partir de indicadores comparáveis, apresentou nos últimos anos sinalizações aos gestores públicos dos cerca de 40 países pesquisados, entre eles o Brasil, a Argentina e o Chile. Entre os objetivos específicos estão os apontamentos aos gestores públicos das oportunidades de incentivo ao empreendedorismo, no caso brasileiro destacam-se (GEM, 2006; 2007; 2008):

- Melhorar as condições dos empreendedores por necessidade. Estes continuam tendo dificuldades para obter recursos no mercado formal que viabilizem seus negócios;
- Fortalecer a criatividade como elemento essencial do empreendedorismo. O Relatório aponta que a grande maioria dos empreendimentos opera em poucos segmentos, de alta concorrência e baixo nível de inovação;
- Preparar melhor as pessoas que estão pensando em se tornar empreendedoras para que compreendam o mercado em que desejam atuar – principalmente a dinâmica da concorrência, o potencial de aceitação do produto etc. – antes de despender recursos e energias, seus e de seus familiares;
- Orientar potenciais empreendedores quanto ao potencial das atividades relacionadas ao fornecimento de produtos a empresas, de maior valor agregado; introduzir modificações na legislação trabalhista, com incentivos para que pequenos empreendedores contratem mão-de-obra formal, expandindo a força de trabalho protegida por direitos;
- Facilitar o acesso a espaço físico para os empreendedores estabelecerem seus negócios, mediante financiamento para compra ou diminuição da burocracia – como fundos de aval em substituição à fiança – e dos preços de aluguéis – com incentivos fiscais para construção e locação de imóveis comerciais e de produção.

Na última versão publicada do *Global Entrepreneurship Monitor* da Argentina (GEM, 2000) uma série de princípios de políticas públicas para incentivo ao empreendedorismo foram apontadas, entre elas:

- Ações efetivas do poder público para incentivo ao empreendedorismo, como forma de desenvolvimento econômico;
- Maior impacto dos programas já existentes de motivação para o empreendedorismo;
- Incrementar a participação das mulheres em atividades empreendedoras com objetivo de desenvolvimento em longo prazo;
- Incentivar pessoas com menos de 25 anos e mais de 44 anos nos programas de incentivo ao empreendedorismo;
- Governos comprometidos com o desenvolvimento sustentável assegurando todos os aspectos do sistema que apoiem as áreas que afetem o empreendedorismo como: redução das cargas tributárias, flexibilidade nas políticas trabalhistas, burocracia para abertura de empresas, ambiente favorável a criação de empresas;
- Políticas que incentivem o capital de risco e o estudo prévio para investimentos empresariais.

No caso chileno, o último relatório publicado foi o GEM 2005 destacando:

- Intensificar políticas para que facilitem a inserção de novas empresas no mercado chileno;
- Desburocratização do sistema de registros e autorizações de novas empresas;
- Amenizar o peso da carga tributária para empresas de pequeno porte para que possam competir no mercado, principalmente no período inicial de existência;
- Excesso de normas que dificultam a competitividade, principalmente com empresas de maior porte no país.

Desta forma, pode-se perceber que tanto no caso brasileiro como no caso argentino ou chileno as sinalizações apontadas pelos respectivos relatórios GEM aos formuladores de políticas governamentais poderiam, em parte, estar sendo atendidas com a disponibilização de informações voltadas ao empreendedorismo nos portais das prefeituras. Muito do que foi apontado poderia melhorar pelo simples fato de disponibilizar informações que muitas vezes estão prontas, mas ainda com difícil acesso aos principais interessados que são os empreendedores desses municípios.

4. Metodologia

O estudo apresentado aqui tem natureza quantitativa, pois segundo Richardson (1989) caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas através de técnicas de estatísticas. Collis e Hussey (2005) citam que os estudos quantitativos são objetivos por natureza, focado na mensuração dos fenômenos – o que se aplica a esta pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa é descritiva já que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno (GIL, 1999), no caso, trata-se da forma como as prefeituras dos cinco municípios com maior produto interno do Estado do Paraná, da Argentina e do Chile voltam-se ao empreendedorismo por meio de seus *sites*. A pesquisa descritiva, segundo Vergara (2005), permite estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Dentre a característica descritiva, Gil (1999) salienta aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo.

Inicialmente, para a realização deste estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica baseada em revisão da literatura em livros, periódicos, artigos e anais de congressos científicos que contribuíram para a formulação do problema e da delimitação dos

indicadores. Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica cumpre o papel de permitir aos investigadores a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente.

Em relação ao universo definido para a pesquisa decidiu-se pelos cinco maiores (PIB) municípios paranaenses, argentinos e chilenos pela relativa proximidade geográfica, por estarem inseridos no mesmo bloco econômico (MERCOSUL) além de coincidências culturais como a influência da colonização européia. No caso paranaense, iniciou-se pela pesquisa dos dados do IBGE (2008) onde foram escolhidos os municípios com maior produto interno bruto e posterior investigação a cada *site*. Quanto aos municípios argentinos, após definir os cinco maiores no *site* oficial do governo argentino, uma pesquisa foi realizada para identificação dos *sites* e posterior investigação. Finalmente, a pesquisa chilena iniciou-se pelo *site* oficial do governo chileno onde foi identificado o sistema nacional de informação municipal onde foram identificados os cinco municípios mais ricos dentre os 345 existentes naquele país.

Definidos os elementos, e de posse das questões a serem verificadas – estas questões foram elaboradas com objetivo de avaliar a disponibilidade de informações que se julga relevante para a promoção do empreendedorismo - os pesquisadores realizaram um pré-teste com três elementos, um de cada país, sendo que o mesmo se “refere à aplicação prévia do questionário a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa. Tem por objetivo revisar e direcionar aspectos da investigação”, Richardson (1989).

Em seguida foi realizada uma pesquisa de campo que Marconi e Lakatos (2003) dizem ser utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Desta forma, foram levantados durante 9 horas e meia, entre os dias 10 a 21 de julho de 2008 todos os *sites* dos municípios selecionados. Esta coleta de dados foi realizada pela técnica de observação simples que segundo Vergara (2005), o pesquisador mantém certo distanciamento do grupo ou da situação que tenciona estudar; é um espectador não interativo.

O procedimento de busca destes *sites* ocorreu na seguinte seqüência: com auxílio de instrumentos de busca como Cadê, *Google e Bing*, os pesquisadores buscavam as seguintes palavras chave - “prefeitura municipal de...” ou “*Municipalidad de*”. Duas cidades que se encontravam dentro do universo de pesquisa foram excluídas, pois seus *sites* estavam fora da rede (Internet) ou em manutenção, Mendoza na Argentina e São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

Os dados encontrados foram classificados com ajuda do software Microsoft Office Excel 2003. Para a definição dos indicadores avaliados em cada *site*, foram considerados estudos similares elaborados por autores como Alves e Dufloth (2004), Pinho, Iglesias e Souza (2005) e Silva e Corrêa (2006) além de considerara também as questões baseadas nas sinalizações para políticas governamentais dos relatórios GEM (2004; 2005; 2006; 2007; 2008).

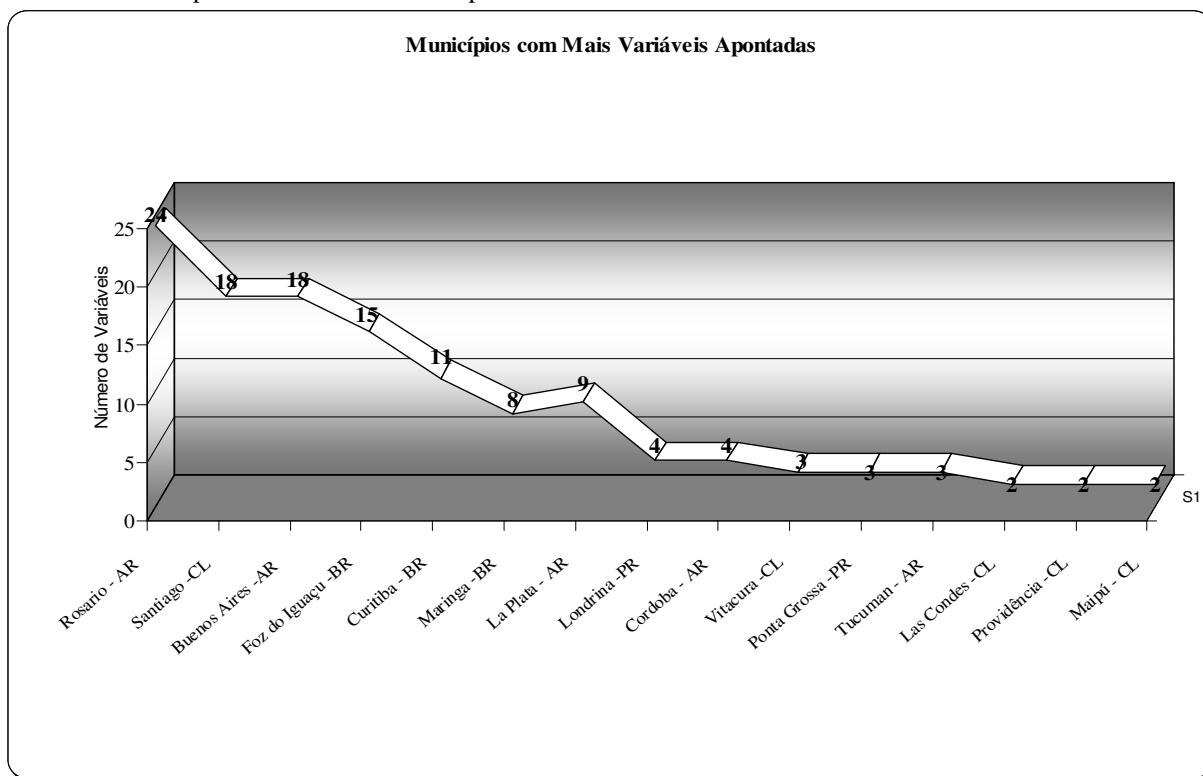
Uma possível limitação são os dados referentes à governança eletrônica dos municípios pesquisados, ou seja, é possível que a cidade apresente serviços avaliados no questionário, ou disponibilizar determinadas informações nas suas prefeituras, porém atualmente não se utiliza o meio eletrônico para divulgá-lo. Neste sentido, não é objetivo deste artigo avaliar se existem políticas e programas de promoção ao empreendedorismo nos municípios, mas sim, o que está sendo divulgado nos *sites* desses municípios.

5. Análise dos dados

A coleta de dados foi feita a partir das consultas dos *sites* das prefeituras dos municípios escolhidos como universo de pesquisa. Os municípios brasileiros foram: Curitiba (<http://www.curitiba.pr.gov.br/>), Foz do Iguaçu (<http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/site>), Londrina (<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php>), Maringá (<http://www.maringa.pr.gov.br/>) e Ponta Grossa (<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>). Da Argentina foram selecionados os seguintes municípios: Rosario (<http://www.rosario.gov.ar/sitio/paginainicial/>), Buenos Aires (<http://www.buenosaires.gov.ar/>), La Plata (<http://www.laplata.gov.ar/inicio.shtm>), Córdoba (<http://www.cordoba.gov.ar/>) e Tucumán (<http://www.sanmigueldetucuman.gov.ar/>). Já os chilenos foram: Santiago (<http://www.municipalidaddesantiago.cl/>), Vitacura (<http://www.vitacura.cl/>), Las Condes (<http://www.lascondes.cl/>), Providência (<http://www.providencia.cl/>) e Maipú (<http://portal.maipu.cl/w13/>).

A partir dos dados coletados entre os municípios podem ser identificados quais apresentam maiores quantidades de variáveis voltadas à promoção do empreendedorismo, conforme o Gráfico 01.

Gráfico 1: Municípios com mais variáveis apontadas

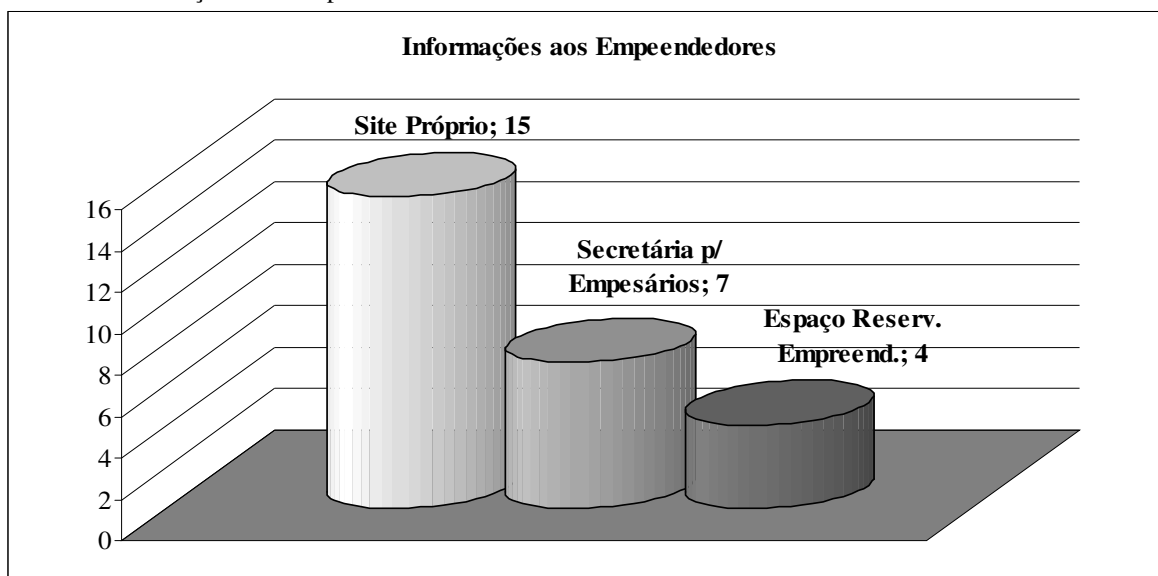


Fonte: elaborado pelos autores, 2008.

Das 34 variáveis analisadas, o *site* municipal de Rosario na Argentina apresenta o maior número de variáveis, 24 seguido por Santiago no Chile, e Buenos Aires na Argentina. Entre os municípios que apresentam menos variáveis estão os chilenos Maipú, Providência e Las Condes.

Considerando a importância da existência de secretaria ou conselho direcionado ao empreendedorismo ou a um espaço reservado a informações para empreendedores percebe-se no Gráfico 02 que dos 15 municípios analisados apenas 7 disponibilizam informações de secretarias e 4 informações para empreendedores. Destaca-se aqui a importância desses municípios para seus respectivos estados e países, assim, pode-se identificar aqui uma oportunidade de melhoria das informações disponíveis nos *sites*.

Gráfico 2: Informações aos Empreendedores

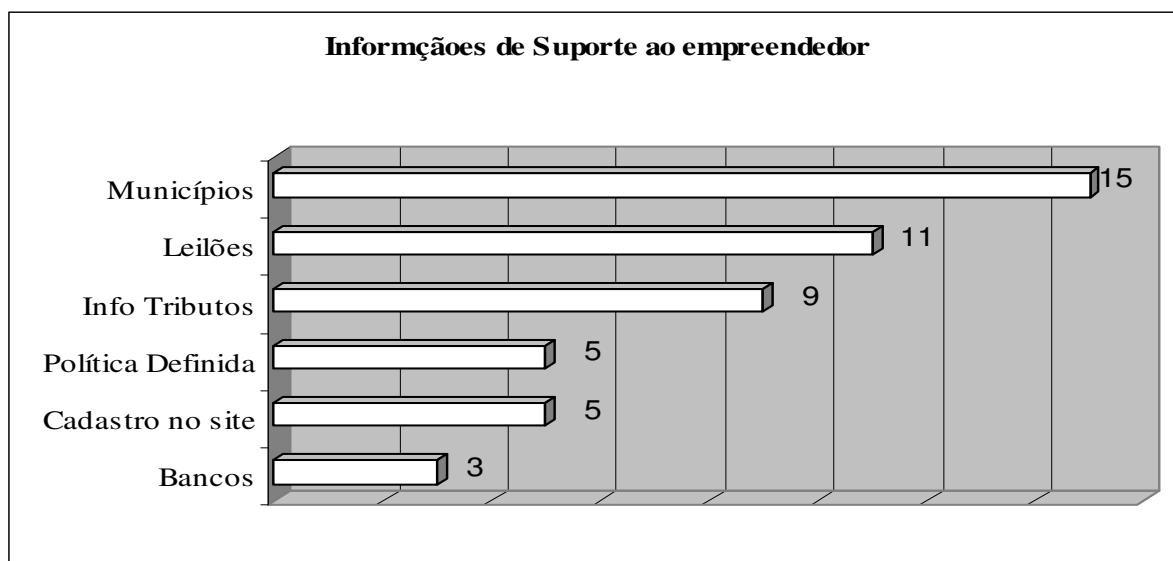


Fonte: elaborado pelos autores, 2008.

Se forem consideradas as variáveis que dizem respeito à participação dos empreendedores nas compras governamentais, informações de bancos e linhas de financiamento percebe-se que, de acordo com o Gráfico 03, dos 15 municípios 11 apresentam informações de leilões de compras, 9 deles informam sobre tributos (municipais, estaduais e federais). Informações sobre empreendedorismo, com destaque para políticas empreendedoras são contempladas por apenas 5 municípios. A possibilidade de cadastro como fornecedor no *site* é disponibilizada em 5 deles e 3 foi o número de sites que disponibiliza informações sobre bancos para financiamento.

Destaca-se aqui a disponibilidade dessa informação nos municípios brasileiros, provável resultado da lei das micro e pequenas empresas brasileiras que garante a participação dessas empresas nas compras públicas.

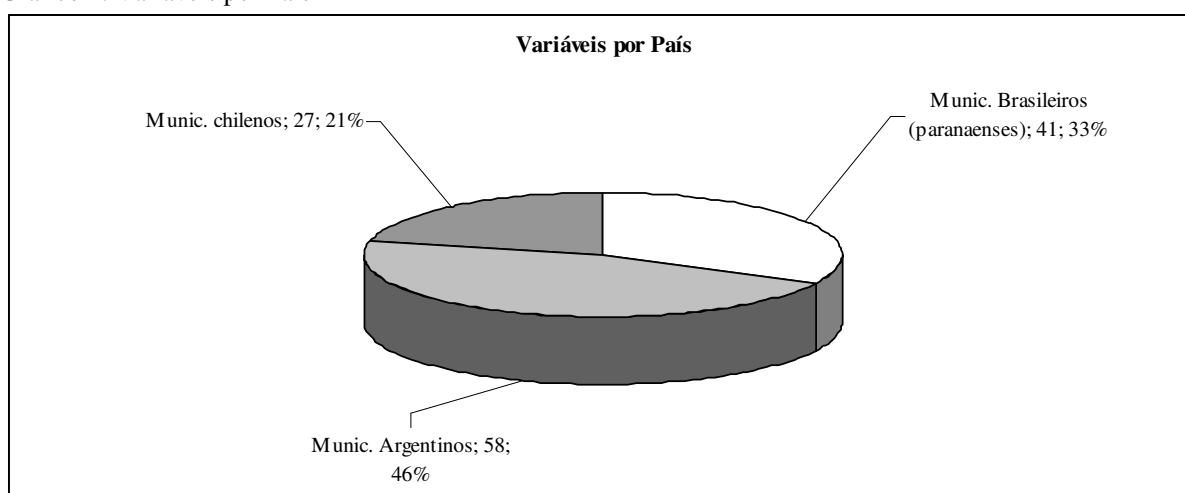
Gráfico 3: Informações de suporte ao empreendedor



Fonte: elaborado pelos autores, 2008.

Somando-se todas as variáveis apontadas nos 15 municípios, totalizam 126 apontamentos. Dividindo-se os municípios em seus respectivos países pode-se verificar um maior número dessas variáveis nos municípios argentinos, influência dos *sites* dos municípios de Rosário e Buenos Aires. No caso chileno, com menor participação, aponta-se uma falta de correlação entre informações dos *sites* municipais e o *site* federal chileno (*Gobierno Del Chile*) que apresente rica informação sobre o País e os seus respectivos municípios. No caso brasileiro (paranaense) existem deficiências no que se refere às informações institucionais conforme apontado em pesquisa anterior por Pinho; Iglesias e Souza (2005) onde os *sites* dos municípios do Paraná também não disponibilizam qualquer espaço institucional para acompanhamento dos planos, programas ou políticas públicas.

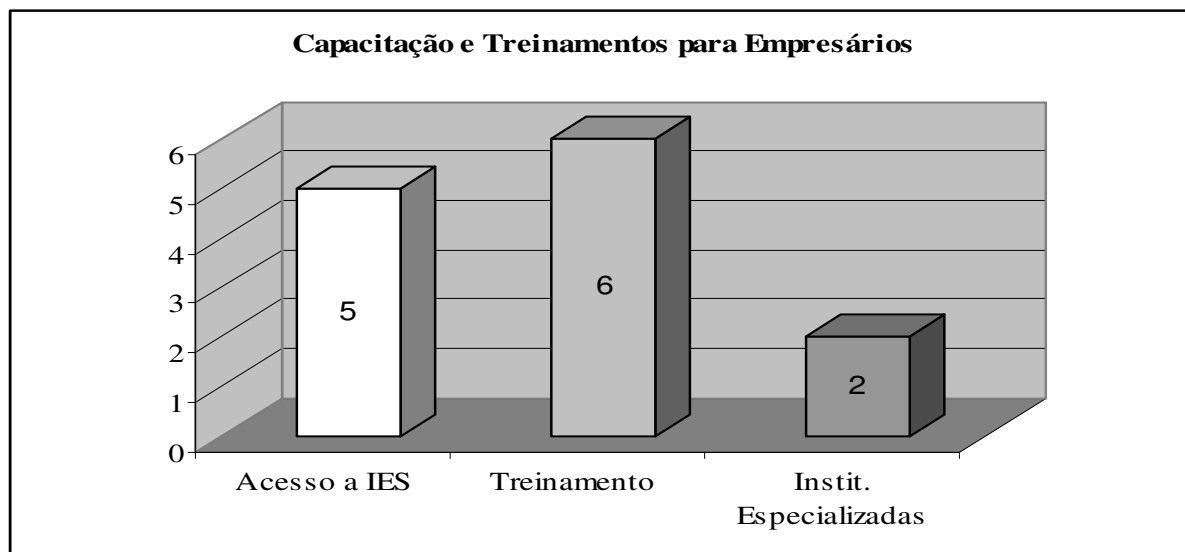
Gráfico 4: Variáveis por País



Fonte: elaborado pelos autores, 2008.

No que se referem as informações para capacitação para empresários (acesso a instituições de ensino superior, treinamentos e instituições especializadas) a disponibilidade é relativamente baixa, conforme apresenta o Gráfico 05.

Quadro 5: Capacitação e Treinamento para Empresários



Fonte: elaborado pelos autores, 2008.

Para Pinho (2006) no caso brasileiro ainda existem vários pontos a serem melhorados no que diz respeito à cultura digital, sendo que o poder público ainda mostra deficiências de melhorias neste sentido.

6. Considerações finais

Após ter relacionado os indicadores pesquisados, conforme roteiro anexo, com os conhecimentos apresentados no referencial teórico, foi elaborado as considerações aqui apresentadas. As prefeituras estudadas em maior ou menor grau utilizam-se dos portais para apresentação dos dados dos municípios. Segundo German (2000) é a base para a governança eletrônica, no entanto, os municípios chilenos focam o destaque nas suas atrações turísticas, com exceção da capital Santiago que apresenta bom conteúdo voltado ao empreendedorismo. O mesmo, entretanto, não ocorre nos municípios argentinos que, tendo também uma vocação turística, publicam informações gerais, com ênfase para a cidade de Rosário que se destaca no que se refere às informações voltadas ao empreendedorismo.

Por ser esta uma replicação de pesquisa anteriormente feita em municípios brasileiros (SILVA; CORREA, 2006), algumas deficiências se mostraram comuns, como por exemplo, a criatividade. Apesar da boa aparência da maioria dos portais, existe a possibilidade de melhoria no que se refere à criatividade, e principalmente quanto ao *layout*, Rezende (2004) afirma que a funcionalidade assim como a sustentabilidade nessa nova forma de divulgação e condução de política pública exige dos gestores criatividade, ou seja, percebeu-se a existência de riqueza de informações em portais federais ou não-governamentais que não são aproveitados nos *sites* das prefeituras municipais, principalmente em municípios chilenos.

Um ponto positivo na promoção do empreendedorismo apontado na pesquisa foi a disponibilidade de leilões eletrônicos (11 *sites*, 73,3% dos pesquisados) onde pequenos empresários podem participar com seus produtos e serviços. Este sistema, de acordo com Sebrae-SP (2005), caracteriza-se como um importante instrumento de política pública voltada ao empreendedorismo, dando capacidade aos municípios para tratar de forma diferenciada as pequenas empresas locais, promovendo o desenvolvimento local de forma sustentada, a geração de emprego e a melhor distribuição da renda. Além de permitir maior agilidade na aquisição de bens e serviços, incremento de competitividade, transparência e segurança, e ampliação de oportunidades de participação por parte das prefeituras (CARNEIRO;

PEREIRA, 2005). Nessa análise de leilões eletrônicos, entretanto, os *sites* dos municípios brasileiros se destacam.

As pesquisas dos relatórios GEM apresentadas apontam em todas as realidades a necessidade do setor público criar um ambiente que estimule o empreendedorismo. Pode-se afirmar que a pouca divulgação da disponibilidade de espaços direcionados a empreendedores (parque industriais e informações referentes a incubadoras de empresas) assim como a falta de divulgação ou até mesmo comparação entre recursos financeiros destinados ao financiamento de empreendedores não atendem a essa sinalização dos relatórios GEM. Excetuando-se mais uma vez o município argentino de Rosário que contém informações diferenciadas e podendo ser considerado, pela quantidade de itens de empreendedorismo avaliados e encontrados em um patamar acima das outras municipalidades.

Conforme Garcia et al. (2008), é possível medir a riqueza de uma nação através de sua capacidade de produzir, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários para o bem-estar da população. Estes autores acreditam que o melhor recurso disponível para solução dos graves problemas sócio-econômicos que as nações passam é liberando a criatividade dos empreendedores, por intermédio da livre iniciativa em relação a produção destes bens e serviços. Além disso, Santos e Falcão (2008) salientam que o surgimento do fomento mais intenso em mecanismos para se investir em pequenas empresas estimulando a formação de negócios próprios tem sido responsáveis por gerar melhores políticas públicas para diversos setores.

Assim, Conclui-se que as prefeituras dos municípios pesquisados têm ainda oportunidades de melhoria da sua governança eletrônica de informações voltadas a promoção do empreendedorismo, mesmo aqueles municípios que se destacaram, como Rosário –AR, Santiago-CL, Buenos Aires-AR, ou Foz do Iguaçu-BR. Nos municípios de Londrina-BR, Cordoba-AR, Vitacura-CL, Ponta Grossa-BR, Tucuman-AR, Las Condes-CL, Providência-CL e Maipu-CL foram apontados de 2 a 4 itens pesquisados, o que demonstra que o governo local está sub utilizando uma ferramenta muito importante e de grande contribuição para suas cidades já que o empreendedorismo, conforme apontado no referencial teórico, promove o desenvolvimento econômico, pois contribuem para uma melhor distribuição da riqueza na comunidade, gerando novos empregos e aumentando a arrecadação, resultando em desenvolvimento social.

Finalizando este artigo, pistas para pesquisas futuras surgem como a pesquisa da efetividade da utilização da governança eletrônica na promoção do empreendedorismo no crescimento econômico ou na evolução de índices de qualidade de vida com o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Além, é claro, da relação entre o que foi identificado nos *sites* e o que efetivamente existe no setor público de cada município e o crescimento empresarial nos últimos anos do município de Rosário – AR, que apresentou as melhores práticas de governança eletrônica *versus* empreendedorismo.

7. Referências

ALVES, M. V. C.; DUFLOTH, S. C. Portais Eletrônicos de Compras da Administração Pública: Contribuição para Avaliação da Governança Eletrônica no Brasil. In: EnAPG- ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EBAPE/FGV.

BARZELAY, M. **The New Public Management: improving research and policy dialogue.** Regents of the University of California. California, Ucpres: 2001.

BERNARDO, D. C. dos R.; ZAMBALDE, A. L. O uso da web e da controladoria na administração pública: inovação municipal. In: VI EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 4, 2005, Curitiba. **Anais...Curitiba**, 2005, p. 466 – 476. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, R.; PEREIRA, A. V. Os Impactos e os Limites da Implantação do Pregão como Nova Modalidade de Licitação: uma Abordagem a partir da Experiência do Governo Mineiro. In: XXIX-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília, 2005.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CUNHA, M. A. V. C. da. Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo. In: **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Santiago, Chile, 2005 Disponível em <
<http://www.mimdes.gob.pe/clad/documentos/cunhamar.pdf#search='governan%C3%A7a%20electronica'>>. Acesso em: 07 jul. 2006.

DRUCKER, R. F. **Innovation and entrepreneurship**. New York: Harperbusiness, 1985.

FERGUSON, M. Estratégias de governo eletrônico: o cenário nacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: 2002. p. 103-140.

FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: 2002. p. 141-163.

GARCIA, U. L.; GIMENEZ, F. A. P; TOLEDO, A. Ações e Comportamento Intra-Empreendedores: uma escala de mensuração. In: VI EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 6, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.

GEM ARGENTINA 2000. Reporte Ejecutivo Argentina 2000. Executive Report. London, 2008.

GEM BRASIL 2005 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2008.

GEM BRASIL 2006 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2008.

GEM BRASIL 2007 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2008.

GEM CHILE 2005 - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report. London, 2008.

GERMAN, C. **O caminho do Brasil rumo à era da informação**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

GIFFORD, S. Limited entrepreneurial attention and economic development. **Small Business Economic**. Newark, NJ v.10, p.17-30, 1998.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**/ Robert D. Hisrich e Michael P. Peters: trad. Lene Belon Ribeiro. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 08 jun. 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. A A Relação Entre Governo Eletrônico e Governança Eletrônica no Governo Federal Brasileiro. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - – EnAPG, 2004. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

PINHO, J. A. G. Accountability em Portais Estaduais e Municipais no Brasil: Realidades distantes das promessas. In. ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG, 2006. São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnAPG, 2006.

PINHO, J. A. G.; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. Governo Eletrônico, Transparência, Accountability e Participação: o que Portais de Governos Estaduais no Brasil Mostram. In: XXIX-ENANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília, 2005

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal e suas relações com as políticas de gestão de cidades e com a teoria New Public Management.In. ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG, 2004. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

RESENDE, D. A.; FREY, K. Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana. **eGesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**. V. 1, n.1, abr-jun./2005, p. 51-59.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1989

REPORTE

EJECUTIVO

ARGENTINA

2000<http://www.gemconsortium.org/download/1217366577641/GEM2000%20Argentina.pdf>

RUEDIGER, M. A. Governo Eletrônico e Democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa. In: **Desenvolvimento e construção social: Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, J. C. dos; FALCAO, D. F. Políticas Públicas e Empreendedorismo no Brasil: Uma Análise do GEM 2006 (Global Entrepreneurship Monitor 2006). In: VI EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 6, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. 1 CR-ROM.

SARKER, P. P. Governança eletrônica em rede. In: AMBROSI Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel. (Coords.). **Desafios de Palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. C&F Éditions: 2005. Disponível em <http://www.vecam.org/article.php3?id_article=527&nemo=edm> Acesso em 29 jun. 2006.

SEBRAE-SP. **As micro e pequenas empresas e as compras governamentais**. São Paulo. Publicações Sebrae, 2005. Disponível em <www.sebraesp.com.br> Acesso em 16 jul. 2006.

SILVA, J. M.; CORRÊA, P. S.A. Governança eletrônica e empreendedorismo: uma análise dos *sites* das prefeituras do estado do Paraná. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - – EnAPG, 2006. São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnAPG, 2006.

STREIT, R. E.; KLERING, L. R. Governança Pública sob a Perspectiva dos Sistemas Complexos. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG, 2004. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Defining E-governance**. Disponível em <<http://www.unesco.org/webworld/e-governance>> Acesso em 07 jul. 2006.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Anexos

Indicadores analisados na pesquisa:

		Nome	
1	Cidade		
2	Endereço Eletrônico	Endereço	
3	Hospedagem Própria do <i>Site</i> ?	15	100,00%
4	Sub hospedagem do <i>Site</i> ?	0	
5	<i>Site</i> de iniciativa particular?	0	
6	Data da pesquisa	Data	
7	Tempo de pesquisa no <i>Site</i>	9:30hr	
8	Tem espaço reservado ao empreendedorismo	4	26,67%
9	Tem secretaria direcionada aos empresários?	7	46,67%
10	Disponibiliza informação de treinamento para empresários?	5	33,33%
11	Tem acesso a instituições de ensino superior/pesquisa?	6	40,00%
12	Divulga cursos de extensão ou ensino a distância voltados ao empreendedorismo?	2	13,33%
13	Apresenta dados estatísticos relacionados ao meio empresarial municipal?	4	26,67%
14	Apresenta informações relacionadas a abertura de empresas?	7	46,67%
15	Disponibiliza informações tributárias pertinentes as empresas?	9	60,00%
16	Disponibiliza informações que promovam as exportações?	3	20,00%
17	Tem acesso ao ministério da agricultura?	1	6,67%
18	Tem acesso ao ministério da Ciência e Tecnologia	4	26,67%
19	Tem acesso ao ministério da Indústria e comércio exterior?	3	20,00%
20	Tem acesso a <i>site</i> DE INSTITUIÇÕES ESPECÍFICAS DE PROMOÇÃO DO EMPRE?	2	13,33%
21	Acesso ao <i>Site</i> de Instituições de Financiamento	3	20,00%
22	Tem a bancos financiamento?	3	20,00%
23	Tem acesso Instituições de Estatística Federal?	1	6,67%
24	Dá acesso a revistas especializadas	2	13,33%
25	Tem acesso a <i>sites</i> especializados? Endeavor.org	3	20,00%
26	Disponibilizam comparação de linha de crédito a empreendedores?	2	13,33%
27	Tem espaço para download com materiais para empreendedores (planilhas, artigos, palestras etc.)?	5	33,33%
28	Disponibiliza editais e leilões eletrônicos?	11	73,33%

29	Tem convênio com incubadora de empresas?	4	26,67%
30	Apresenta dados sobre programas de financiamento para pequenas empresas?	2	13,33%
31	Apresentam entrevistas de cases de sucesso de empresários?	3	20,00%
32	Permite cadastro de empresas como fornecedoras no portal?	5	33,33%
33	Divulga disponibilidade de espaço físico se empreender no município de forma transparente?	5	33,33%
34	Tem uma política municipal voltada ao empreendedorismo disponível no <i>site</i> ?	5	33,33%